

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 17 de setembro de 2020



Nesta edição:

- *Comissão Mista da Reforma Tributária recebe os grandes municípios.*

Comissão Mista da Reforma Tributária recebe os grandes municípios

A Comissão Mista da Reforma Tributária realizou hoje audiência pública virtual com a presença do Sr. Jonas Donizette, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e do senhor Vitor Puppi, Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF).

Essas duas entidades representam os grandes municípios e apoiam a emenda nº 144, do senador Major Olímpio (PSL/SP), apresentada à PEC 110/2019. A emenda formaliza proposta do movimento “Simplifica Já”, que prevê desoneração da folha de pagamentos, revisão do ICMS e do ISS e aperfeiçoamento da CBS, encaminhada pelo Governo.

As entidades defendem que não é o momento de se discutir a Reforma tão ampla, devido à pandemia e ao aumento da participação da prestação de serviços pelos municípios.

Vitor Puppi explicou que as competências tributárias devem estar próximas de quem presta os serviços públicos, isto é, os municípios. Apenas a participação dos municípios nos Comitês Gestores não é suficiente para que isso seja garantido. O ISS representa a maior arrecadação dos municípios e sua alteração poderia gerar, estimadamente, uma perda de R\$13,5 bilhões nas receitas. A ABRASF entende que o ISS é o imposto do futuro e que a manutenção do IBS representa “mais Brasil e menos Brasília”.

A proposta dos municípios, “Simplifica Já”, parte do princípio de que principal problema do sistema tributário é o ICMS. Já o ISS, não representa preocupação do ponto de vista do manicômio tributário. A sugestão é criação de um ICMS nacional, e, ao invés de 27, com legislação única e nacional, com arrecadação no destino e no máximo cinco alíquotas, que variariam de acordo com a essencialidade dos bens.

Sobre o ISS, o pagamento passaria a ser no local de tomada do serviço, e não mais o local do prestador, com alíquota única por município entre 2% e 5%, cobrado “por fora”. Para a operacionalização disso, Puppi informou que já existe o protótipo de uma Nota Fiscal de Serviços única, disponibilizada pelo Governo Federal, que deve estar pronta para funcionar ano que vem.

Sobre a CBS, sugeriram possibilidade de regime cumulativo, com alíquota de 4%.

Por fim, sobre a desoneração da folha, sugerem redução da alíquota da CPP na proporção inversa ao tamanho da empresa, quanto maior for a massa salarial, menor a alíquota devida. Nesse sistema, inclusive os markets places contribuirão para a seguridade social.

Jonas Donizette disse que a Reforma tributária oferece desconfiância aos prefeitos, porque algumas previsões, como a Câmara de Compensação, corre o risco de ser planejada e não implementada, como em casos passados.

Há sensação de perda para os prefeitos, tanto pela pandemia quanto pelo momento eleitoral. O ISS tem se mostrado um imposto promissor, de fácil arrecadação e que tem dado estofamento para as médias e grandes cidades. Abrir mão desse imposto gera insegurança nos prefeitos, pois pode significar a perda de receita própria, a ser substituída por receitas que seriam compartilhadas. Não há unanimidade entre a entidade, mas está acordado o apoio a proposta "Simplifica Já".

A FNP ressaltou que a cobrança do ISS no destino já foi aprovada no Congresso, mas o processo está estagnado no Supremo Tribunal Federal.

Aginaldo Ribeiro (PP/PB), relator da Reforma Tributária, reforçou que as mudanças tributárias sempre geram desconfiâncias, por parte do setor privado. Há sempre receio de aumento de carga. Historicamente, as reformas no país foram feitas para aumentar arrecadação, daí a legitimidade da preocupação.

O desafio é construir uma reforma que não seja em benefício específico de nenhum setor produtivo ou ente federado, mas eficiente para o país. No momento, será mantida a receita atual. O deputado pretende trazer uma reforma com justiça tributária para o cidadão.

Roberto Rocha (PSDB/MA), presidente da Comissão, pontuou que os governadores, historicamente contra o IVA, estão sendo convencidos da necessidade de unificação dos impostos da base de consumo.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2019/12/informe-legislativo/#informe-legislativo-no-0022020%20>

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA